

# BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE DE GÊNERO: QUAIS DETERMINANTES PARA UMA AÇÃO CLIMÁTICA EFICAZ?

*Public Development Banks and Gender Equity: What Determinants for Effective Climate Action?*

Camila Villard Duran  
ESSCA School of Management, Angers, França

Agnes Babugura  
Faculty of Agriculture and Environmental Sciences, Kabale  
University, Kabale, Uganda.

Mariola Acosta  
Independent Researcher, Washington, USA.

Julia Lambert Gomes Ferraz  
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), SP,  
Brasil

## Informações do artigo

Recebido em 31/01/2024

Aceito em 06/04/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p132-147>

Copyright (c) 2023 Camila Villard Duran, Agnes Babugura,  
Mariola Acosta e Julia Lambert Gomes Ferraz.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

## Como ser citado (modelo ABNT)

DURAN, Camila Villard; BABUGURA, Agnes; ACOSTA, Mariola; FERRAZ, Julia Lambert G. Bancos Públicos de Desenvolvimento e equidade de gênero: quais determinantes para uma ação climática eficaz?

**Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.**

Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 132-147, jan./abr. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p132-147>

## Resumo

As mudanças climáticas têm causado destruição em escala global, contudo, afetando indivíduos de maneira distinta. Gênero e fatores interseccionais, como classe social, raça, etnia, idade e geografia, são determinantes nos impactos dessas mudanças. A comunidade global tem sido mobilizada para uma ação imediata, buscando mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, o que requer, de forma concomitante, mobilização de recursos financeiros. Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) podem desempenhar um papel crucial nesse esforço coletivo, por se situarem na interseção entre finanças e políticas públicas, além de terem mandato institucional destinado a superar falhas de mercado e promover investimentos com impactos ambientais e sociais positivos. No entanto, alguns BPDs ainda enfrentam desafios na integração de considerações de equidade de gênero em seus quadros operacionais e na conceituação interna do tema, visando promover finanças climáticas mais eficazes. Os BPDs têm uma oportunidade única de influenciar a relação entre financiamento climático e igualdade de gênero. O conhecimento especializado é ferramenta poderosa para alcançar esse objetivo, e a rede sustentada institucionalmente por *Summits do Finance in Common* (FiCS) pode conduzir à produção colaborativa e ao acesso a esse conhecimento por meio do compartilhamento de experiências e práticas.

**Palavras-chave:** bancos públicos de desenvolvimento. Financiamento climático. Equidade de gênero.

## Abstract

Climate change has caused destruction on a global scale, impacting individuals in distinct ways. Gender and intersecting factors such as social class, race, ethnicity, age, identity, geographical location, among others, play a crucial role in the impact of these changes. Global actors are mobilized for immediate action to mitigate and adapt to climate change, requiring a swift mobilization of financial resources. Public Development Banks (PDBs) play a crucial role in this collective effort as they operate at the intersection of finance and public policies. PDBs are mandated to address market failures and promote investments with positive environmental and social impacts. However, some PDBs are facing challenges in integrating gender equity considerations into their operational workflows to promote more effective climate finances. PDBs have a unique opportunity to shape the relationship between climate financing and gender equality. Specialized knowledge is a powerful tool to achieve this goal, and the network facilitated by Finance in Common (FiCS) can support collaborative production and access to this knowledge through the sharing of experiences and practices.

**Keywords:** Public Development Banks. Climate finance. Gender equality.

## INTRODUÇÃO

Este artigo, que adota o modelo de *policy brief*, propõe recomendações de política pública na intersecção das finanças climáticas e da equidade de gênero, a partir da apresentação dos principais resultados da investigação empírica de Babugura, Duran, Acosta e Lambert (2023). O intuito da pesquisa foi avaliar como as molduras operacionais de Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) foram concebidas para integrar seus compromissos internacionais quanto à promoção da ação climática e da igualdade de gênero. Com base em entrevistas semiestruturadas com representantes de nove BPDs, os resultados empíricos revelam desafios e lições críticas para a operacionalização e o avanço de um financiamento climático mais sensível ao gênero.

À medida que a comunidade global enfrenta as amplas consequências das mudanças climáticas, torna-se cada vez mais evidente que seus impactos não são uniformes entre diferentes comunidades, países e grupos demográficos. A intersecção entre mudanças climáticas e gênero introduz uma dinâmica complexa que requer uma análise específica no âmbito da ação política de BPDs.

Apesar de serem identificados como objetivos específicos entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - ODS, a igualdade de gênero e ação climática (a ODS 5 e a ODS 13, respetivamente) estão inerentemente interligadas. Há também um aspecto político chave na intersecção dessas metas: o financiamento das ações nesse campo. Estratégias financeiras surgem como ferramentas fundamentais para a interferência política.

Nesse âmbito, os BPDs têm um papel especial: o potencial de superar a lacuna ainda existente entre ação climática e promoção da igualdade de gênero. Operando em diferentes níveis (local, nacional, regional, multilateral), com mandatos institucionais e estruturas operacionais particulares, os BPDs são fundamentais para sensibilizar o desenho de financiamentos climáticos para considerações de gênero. Ademais, eles integram um fórum internacional que tem servido como suporte institucional para troca de experiências e práticas com a difusão de compromissos internacionais focados em clima e gênero.

É o caso do *Finance in Common* e seus "summits" anuais, o FiCS. Essa rede global de BPDs visa alinhar os fluxos financeiros com a agenda de sustentabilidade da ONU e o Acordo

de Paris. Tornou-se um espaço para construção do discurso global e de compromissos multilaterais, promovendo uma estratégia financeira que entrelaça a ação climática e a igualdade de gênero.

Desde sua reunião global inaugural em 2020, o FiCS se institucionalizou por meio do estabelecimento de um secretariado organizado pela *Agence Française de Développement* (AFD), o BDP francês. Esse fórum tem investido em uma estratégia propriamente jurídica de construção da relação entre igualdade de gênero e ação climática. A redação de declarações internacionais, que são em seguida submetidas à adesão de BPDs, constroem um arcabouço jurídico (e vinculante) que visa implementar acordos internacionais sobre clima.

O presente texto trata do desenvolvimento do desenho jurídico de acordos promovidos pelo FICs e está dividido em cinco capítulos. Além desta introdução, na próxima seção (2), apresenta-se em detalhes a relação entre BPDs, o FiCS e a política pública para um financiamento climático mais sensível ao gênero. Em seguida (seção 3), o foco está em explicitar a importância dos quadros conceituais de gênero, ação climática e o nexo entre ambos para a eficácia das finanças climáticas, dentro dos BPDs. A seção 4 mostra a importância das molduras operacionais de financiamento, como ferramentas institucionais para implementar compromissos globais relacionados às finanças climáticas e à igualdade de gênero. Por fim, apresentam-se as principais conclusões do mencionado estudo empírico e as recomendações práticas de política pública.

## BPDS, FICS, AÇÃO CLIMÁTICA E GÊNERO: QUAIS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS?

As mudanças climáticas irão alterar, de forma significativa e no longo prazo, a temperatura e os padrões climáticos em todo o mundo. Ainda que seus impactos sejam sentidos em escala global, essas mudanças afetam pessoas, nações, regiões, comunidades e grupos sociais de forma distinta. As diferentes experiências climáticas resultam de fatores não somente relacionados ao clima, mas sobretudo a desigualdades multidimensionais. Devido a desequilíbrios fundamentais relacionados ao gênero, cuja causas são comportamentos sociais institucionalizados, além de normas jurídicas vigentes, mulheres e homens, meninas e meninos, enfrentam riscos de exposição distintos e vulnerabilidades

específicas às alterações climáticas. Notadamente, mulheres e meninas tendem a ser afetadas de forma desproporcionalmente negativa.

Nas últimas décadas, a igualdade de gênero e a ação coletiva no que se refere a mudanças climáticas foram reconhecidas como questões significativas para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de metas intrinsecamente conectadas traduzidas pelas ODS 5 e 13, respectivamente, na Agenda 2030 ONU. Diversos acordos, declarações e discursos internacionais referem-se às suas conexões inerentes (FOREST e FORESTE, 2022) e reconhecem que abordar um objetivo sem considerar o outro prejudicará a eficácia das intervenções de política pública.

As finanças climáticas são, particularmente, uma ferramenta fundamental e foram reconhecidas como centrais para a implementação de ações climáticas. Nesse campo, as estratégias financeiras têm o potencial de catalisar intervenções que reduzam ou, ao contrário, reforcem a desigualdade de gênero (IPCC 2022; WOCAN 2020; ONU Mulheres 2016). Apesar desse reconhecimento institucional estar incorporado em acordos e declarações internacionais, a integração do gênero ao financiamento climático é ainda bastante limitada ou reduzida (IPCC 2022; WOCAN 2020; ONU mulheres 2016), afetando a qualidade dos recursos financeiros disponíveis para apoiar a implementação de intervenções mais sensíveis à promoção da igualdade social.

O papel dos BPDs, na construção do nexo entre a igualdade de gênero e ação climática, é particularmente relevante. Os BPDs são uma categoria específica de instituições financeiras, posicionadas na intersecção entre finanças e políticas públicas, e com potencial para resolver falhas de mercado e catalisar investimentos com impactos social e ambiental significativos (Xu, Marodon, e Ru 2021, p. 17). Eles operam em diferentes níveis (local, nacional, regional ou multilateral) com distintos mandatos institucionais e quadros operacionais. Alguns BPDs apoiam financeiramente o setor público, outros centram suas estratégias no setor privado e, ainda, outros investem em ambos os tipos de ações (AFD e ONU Mulheres 2021, p. 4).

Apesar de diferentes arranjos institucionais, os BPDs são fundamentais para tornar o financiamento climático mais sensível ao gênero, por meio da integração de estratégias específicas de igualdade, notadamente, em suas molduras operacionais. Quadros

operacionais abrangem as políticas, os procedimentos e as diretrizes que orientam as operações financeiras de BPDs. Essas molduras são concebidas para garantir o funcionamento eficiente e eficaz de um banco, ao mesmo tempo em que se alinham a requisitos regulamentares e melhores práticas do setor. Esses quadros são cruciais para manter a estabilidade e a integridade de BPDs, ao salvaguardar seu mandato, que resguarda o interesse público e aqueles das mais diversas partes sociais interessadas. Quadros operacionais são cruciais para moldar decisões e ações, evoluindo em resposta a objetivos institucionais de BPDs.

Em realidade, as molduras operacionais são a base para se traduzir os compromissos globais dessas entidades em ações concretas de financiamento climático. Esse é o primeiro passo para gerar mudanças sociais significativas por meio de um financiamento mais sensível ao gênero: a integração de critérios de gênero aos quadros operacionais de BPDs.

Nesse âmbito, um fórum tem sido especialmente relevante: o *Finance in Common* e seu "summit" anual, o FiCS. Em sua reunião global de 2020, os BPDs emitiram uma declaração conjunta, sustentando seu compromisso em servir a ODS por meio de "mudança de estratégias, padrões de investimento, atividades e molduras operacionais, coletivamente e de forma consistente com os seus respectivos mandatos e a estrutura de governança, políticas e estratégias de longo prazo de seus países, tendo em conta as circunstâncias nacionais e regionais" (FiCS, 2020b, p. 5, tradução livre).

Em 2020, uma coligação de BPDs, comprometidos com a igualdade de gênero, foi lançada conjuntamente pela ONU Mulheres e pela AFD. A rede de BPDs promoveu a *Paris Development Banks Statement on Gender Equality and Women's Empowerment* - Declaração de Paris dos Bancos de Desenvolvimento sobre Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres ("Declaração"). Essa Declaração global apela explicitamente a que esse tipo de instituição financeira contribua para o desenvolvimento de uma ação climática mais equitativa no que se refere ao gênero (FiCS 2020a). Atualmente, quarenta e dois BPDs assinaram a Declaração.

A Declaração reconhece que a desigualdade de gênero é um obstáculo ao desenvolvimento inclusivo e sustentável (FiCS, 2020a). Membros da coligação também se comprometeram a "contribuir para o desenvolvimento de ações climáticas sensíveis ao

gênero através de um melhor alinhamento da igualdade de gênero com os [seus] compromissos climáticos e de biodiversidade” (Objetivo 3, Declaração, tradução livre).

Apesar de *soft*, essa estratégia adota uma dimensão propriamente jurídica, que visa criar mecanismos para implementar acordos internacionais, como o de Paris. Nesse sentido, o FiCS pode ser considerado como um fórum relevante para um "direito global das finanças climáticas" (Zahar, 2016; Bowman, 2022). Esse arcabouço jurídico abrange regras de direito, tanto domésticas quanto globais, que visam mobilizar recursos financeiros para a mitigação e a adaptação climáticas. Ele está na interseção entre os direitos humanos, o direito ambiental e o direito financeiro e monetário global, sendo um ponto crucial de convergência desse campo.

O direito global das finanças climáticas compreende diversos elementos financeiros e de direito, práticas institucionalizadas e uma variedade de documentos jurídicos, como legislação, decisões judiciais, regulamentações, declarações, contratos de financiamento e quadros operacionais internos a bancos. É uma moldura caracterizada pela sua pluralidade jurídica. O FICS integra essa moldura e sustenta institucionalmente a criação de novas regras.

## **A CONCEITUAÇÃO INTERNA DE GÊNERO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEU NEXO NOS BPDS**

As molduras conceituais para gênero e ação climática utilizadas internamente por BPDs, incluindo a definição do nexo entre elas, tendem a afetar o processo de implementação das finanças climáticas mais sensíveis ao gênero. O que a perspectiva de gênero significa, na prática, para os BPDs tem impacto direto na eficácia de projetos de financiamentos e na consecução dos objetivos de igualdade promovidos pelo respectivo banco. Quadros operacionais ineficazes dificultam a igualdade de acesso ao financiamento climático, a forma como os recursos são utilizados e distribuídos, além da maneira como os resultados são comunicados e avaliados por BPDs.

Os resultados do estudo empírico de Babugura, Duran, Acosta e Lambert (2023) corroboram os principais achados da literatura (AWGGCC, 2017; Adams, 2014; Carr et al.,

2014; Forest e Foreste, 2020; Resurreccion, 2013) e são resumidos neste capítulo. Em primeiro lugar, as “questões de gênero” ainda são frequentemente enquadradas como “questões de mulheres”. Por exemplo, os quadros operacionais não consideram suficientemente os impactos climáticos específicos sobre homens e meninos. Uma compreensão reduzida do que significa “gênero” tem impacto na concepção de políticas públicas e nos resultados buscados quanto à promoção da igualdade. Outra conclusão significativa do referido estudo (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023): ainda há falta de reconhecimento da importância da identidade de gênero e de sua natureza interseccional nos mecanismos de financiamento climático existentes.

No que diz respeito à compreensão da ação climática, os BPDs sustentaram que estariam alinhados com definições internacionais, referindo-se explicitamente a relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e a tratados internacionais, juridicamente vinculantes, como os Acordos Climáticos de Paris de 2015. A eficiência energética foi mencionada como foco principal.

A conceptualização do nexo entre gênero e ação climática foi, no entanto, heterogênea dentre os nove BPDs que participaram do estudo (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023). Os entrevistados da pesquisa, de pelo menos três BPDs, afirmaram que as conexões entre o ODS 5 e o ODS 13 eram novas nos bancos que representavam. Eles ainda estavam no processo de compreensão e de conceituação do nexo entre ambos.

Para os BDPs, que indicaram que já estar trabalhando com as conexões entre gênero e clima, essa relação parecia estar principalmente associada à maior vulnerabilidade de mulheres e meninas às mudanças climáticas, ignorando eventuais vulnerabilidades específicas de homens e meninos. Esse entendimento aludia, muitas vezes, à representação vitimizadora de mulheres. O discurso global sobre mudanças climáticas tende a ignorar frequentemente homens e meninos, bem como as suas experiências únicas, vulnerabilidades e capacidade para enfrentar impactos das alterações do clima. Essa invisibilidade ainda é identificada nos quadros operacionais de BPDs, possivelmente impactando a sua capacidade de produzir resultados para uma efetiva igualdade de gênero (para além do sexo biológico).

Finalmente, a construção do nexo entre gênero e finanças climáticas parece ter sido fortemente influenciada por discursos globais, organizações multilaterais e cooperação entre

BPDs, notadamente por meio do FiCS. Ela não parece ter sido impulsionada por fatores internos a bancos. Essa conclusão confirma a relevância global da rede formada por esse tipo de instituição financeira.

As entrevistas realizadas pelo estudo empírico (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023) indicaram que os BPDs, que tratam de questões de gênero e ação climática, o fazem principalmente em silos, geralmente por meio da mobilização de diferentes departamentos internos. Confirmaram também que os BPDs, seus clientes e seus parceiros externos tinham frequentemente diferentes níveis de prioridades e coordenação, relacionados a agendas e preferências políticas distintas. No entanto, observou-se que, em alguns BPDs, clientes (autoridades públicas ou entidades privadas) eram orientados e persuadidos a investirem em iniciativas de gênero e ação climática com argumentos relacionados à condicionalidade de acesso a mais recursos e a uma rede financeira mais extensa.

A investigação empírica também revelou que as exigências das organizações multilaterais ou dos fundos climáticos impulsionaram, em parte, a priorização do gênero e da ação climática em BPDs. Uma descoberta preocupante é a de que tomadores de decisão política ainda precisam ser convencidos da importância de se investir no nexo entre gênero e clima. De acordo com alguns entrevistados, há uma necessidade contínua de provar a importância da intersecção entre esses dois campos para cada cliente (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023).

## MOLDURAS OPERACIONAIS DE BPDs: QUAIS CONFIGURAÇÕES?

Quatro BPDs, que participaram do estudo, já desenvolveram indicadores integrados que levam em consideração a relação específica entre gênero e clima (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023). A matriz baseia-se em indicadores utilizados em projetos específicos. Dois dos BPDs utilizaram os critérios do Grupo global de Trabalho "2X" sobre Gênero e Financiamento Climático ("2X Green"),<sup>1</sup> enquanto os demais desenvolveram seu

---

<sup>1</sup> O "Kit Global 2X" para Finanças Verdes é um recurso instrumental de indicadores, projetado para aprimorar o acesso a finanças climáticas, com foco especial em investimentos sensíveis ao gênero. Essa iniciativa global



próprio conjunto de indicadores (Tabela 1, abaixo). Essa conclusão empírica reforça a importância das iniciativas globais no fornecimento de ferramentas de conhecimento e de indicadores a BPD na intersecção entre a igualdade de gênero e clima.

No entanto, a maioria dos indicadores ainda se concentra na capacitação econômica das mulheres, nomeadamente no seu acesso ao mercado de trabalho e na sua inclusão financeira. Do ponto de vista climático, indicadores tendem a se centrar principalmente nas perspectivas de adaptação, resiliência e gestão sustentável de recursos naturais (por exemplo, acesso a fontes de energia limpa, água e tecnologias agrícolas). As ações de adaptação são, portanto, predominantes, sendo que as ações de mitigação tendem a ser menos frequentes. Por exemplo, apenas um BPD, dentre os nove que participaram do estudo, incluía uma variável centrada na utilização doméstica de energia renovável e sustentável.

Tabela 1: Amostra de Indicadores de Gênero e Mudanças Climáticas de BPDs

Amostra de Indicadores de Gênero e Clima (Análise detalhada de quatro dentre nove BPDs participantes no estudo empírico)		
Temas emergentes dos indicadores	Critérios do Grupo de Trabalho de Gênero e Clima (2X) (dois BPDs)	Indicadores de Gênero e Clima dos BPDs (dois BPDs)
<b>Adaptação e/ou Resiliência Climática</b>	Número de pessoas cuja resiliência foi aprimorada, dado desagregado por sexo biológico	Número e percentual de mulheres e homens pobres com resiliência expandida para lidar com as mudanças climáticas (por exemplo, uso de culturas e técnicas agrícolas resilientes, melhoria na gestão da terra, tecnologia limpa, aumento do conhecimento e do fortalecimento de redes em questões relacionadas a mudanças climáticas);  Percentual de mulheres e homens que investiram em tecnologias agrícolas aprimoradas e promovidas pelo projeto.
<b>Mitigação</b>	Número de pessoas com acesso aprimorado à energia limpa, dado	Número de instalações de energia altamente poluentes desativadas e substituídas por instalações eficientes e não poluentes

fornece orientações para investidores, gestores de fundos e partes interessadas na identificação e na priorização de riscos e oportunidades relacionados ao gênero no contexto das finanças climáticas. Para mais informações, veja o site oficial da força tarefa em: <https://www.2xglobal.org/climate-toolkit-home>

	desagregado por sexo biológico	
<b>Empoderamento Econômico</b>	Participação de mulheres na força de trabalho com acesso a empregos verdes;  Programas de reciclagem/capacitação para desenvolver 'habilidades verdes' para acesso a empregos	Número e percentual de mulheres e homens com acesso a emprego ou cujas rendas aumentaram devido a atividades de adaptação ou mitigação às mudanças climáticas;  Percentual e número de mulheres e homens recebendo crédito para empresas, por tipo de empresa.
<b>Representação feminina e Agência</b>	Participação de mulheres na alta administração ou participação de mulheres no conselho da entidade receptora de empréstimo relacionadas à mitigação e/ou à adaptação climática	Evidências de que políticas, estratégias e planos de mudanças climáticas exigem a participação e o envolvimento de mulheres e homens pobres no desenvolvimento e gestão de planos locais de adaptação e mitigação;  Percentual e número de mulheres e homens em posições de liderança.
<b>Capacitação e Treinamento</b>	N/A	Percentual e número de funcionários (mulheres e homens), em parceiros implementadores de política, que foram treinados em análise de gênero com foco em vulnerabilidades e capacidades para mitigar riscos climáticos;  Evidências de que políticas, estratégias e planos são baseados em análise de gênero dos diferentes impactos das mudanças climáticas em mulheres e homens pobres, e que incluem objetivos de igualdade de gênero para cada setor de adaptação e mitigação de mudanças climáticas.

Fonte: Babugura, Duran, Acosta e Lambert (2023).

É também importante mencionar dois aspectos ausentes dos indicadores de BPDs: a violência de gênero e a carga de trabalho da economia doméstica. Embora a literatura tenha identificado correspondências significativas entre mudanças climáticas e essas duas questões sociais (Owren, 2021; Memon, 2020; Daalen et al., 2022; Ashwill et al., 2011; Adhikari, 2021), elas não se materializam (ainda) na definição de gênero utilizada, de forma operacional, por BPDs em financiamentos climáticos.

Indicadores de integração da perspectiva de gênero de BPDs consideram frequentemente a violência contra mulheres como uma variável relevante. Por exemplo, quatro BPDs, integrantes do estudo, têm indicadores específicos sobre esse tema (Babugura, Duran, Acosta e Lambert, 2023). No entanto, isso não é traduzido quando o gênero é integrado em projetos climáticos. Apenas um indicador de um BPD examina a carga de trabalho de mulheres devido às mudanças ambientais e às atividades de adaptação em comparação com homens. Da mesma forma, nenhum dos indicadores dos BPD centra-se na relação entre gênero e ações de mitigação, outra lacuna já identificada pela literatura (Tinker, 2019; Schalatek, 2009; Schalateck et al., 2015).

#### PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA: COMO AVANÇAR NA AGENDA DE FINANÇAS CLIMÁTICAS E IGUALDADE DE GÊNERO?

O estudo empírico conduzido por Babugura, Duran, Acosta e Lambert (2023) revelou vários desafios para o avanço do financiamento climático e da igualdade de gênero em BPDs. Resultados confirmaram as principais conclusões da literatura relativamente à necessidade de metas de desempenho e indicadores concretos para traduzir aspirações em estratégias. Confirmou também a necessidade de uma distinção clara entre o conceito de “gênero” e de “mulheres”.

Ademais, o estudo revelou ainda as seguintes informações originais:

- a) Há dificuldades persistentes na conceptualização do nexo entre gênero e clima identificadas em certos quadros operacionais de BPDs;
- b) Há ênfase insuficiente em indicadores de gênero ou falta de metas financeiras específicas para gênero;
- c) Deficiências persistentes no avanço da conexão entre gênero e financiamento climático são ainda identificadas. Isto pode ser o resultado da demanda por mais conhecimento especializado em matéria de gênero dentro do banco e das dificuldades em dar prioridade ao nexo entre gênero e clima ao trabalhar com contrapartes (privadas ou públicas);

- d) As estratégias centradas nas mulheres são muitas vezes vistas como atividades autônomas, separadas do quadro estratégico mais amplo do BPDs e, portanto, susceptíveis de encontrar resistência em outros departamentos, inclusive àqueles dedicados ao financiamento climático;
- e) Para o trabalho de BPDs junto ao setor público, critérios sobre gênero e clima são, muitas vezes, o reflexo de prioridades dos Ministérios das Finanças. Observou-se que BPDs tendem a financiar principalmente projetos de infraestrutura. Gênero e clima foram integrados posteriormente, como acessórios;
- f) Há desafios persistentes ao trabalhar com contrapartes tradicionais de empréstimos e investimentos de BPDs, que podem não ser sensíveis ao gênero ou não estarem empenhadas nas questões de igualdade correspondentes;
- g) Existem dificuldades em apresentar a importância de se ter indicadores próprios à questão de gênero em BPDs;
- h) O financiamento da ação climática e da promoção da igualdade de gênero ainda não se referem propriamente ao gênero. Mulheres ainda são retratadas como vítimas e a integração da perspectiva de gênero é mais proeminente em projetos de adaptação. As ações de mitigação continuam a ser essencialmente cegas em termos de gênero.

Com base nos achados da pesquisa, as principais recomendações de política pública são as seguintes:

- a) A rede FiCS pode apoiar a produção colaborativa e o acesso ao conhecimento sobre o nexo entre igualdade de gênero e ação climática. O fórum global dos BPDs pode desempenhar um papel vital na aprendizagem, na troca de experiências e práticas.
- b) É fundamental reforçar as estratégias de desenvolvimento de capacidades em matéria de gênero e clima de funcionários internos e parceiros dos BPDs.
- c) As equipes de liderança dos BPDs devem estar empenhadas e equipadas para apoiar a implementação da integração da perspectiva de gênero nas atividades de financiamento climático.

- d) Os BPDs devem ir além do enfoque em mulheres e meninas ao operacionalizar projetos de financiamento climático para obter resultados de igualdade de gênero. Isso requer o envolvimento de homens e meninos de forma eficaz para reduzir as desigualdades de gênero.
- e) É preciso que BPDs adotem uma abordagem interseccional de gênero ao financiamento climático, de forma a alcançar uma igualdade significativa nos processos de adaptação e mitigação de mudanças climáticas. Isso requer desafiar as causas subjacentes da desigualdade de gênero. É um desafio notadamente para BPDs que operam com atores do setor público.
- f) Os BPDs devem estabelecer unidades e sistemas de pontos focais relacionados ao gênero para apoiar a integração dessa perspectiva no financiamento climático. Essas unidades devem garantir que a integração da perspectiva de gênero seja implementada de forma transversal nas operações dos bancos, que existam mecanismos de responsabilização de dirigentes e que políticas e práticas de financiamento climático estejam alinhadas com os compromissos internacionais para alcançar a igualdade de gênero.
- g) Recolher dados de boa qualidade, desagregados por sexo e outras dimensões sociais, podem garantir um acompanhamento mais eficaz de investimentos climáticos sensíveis ao gênero. A produção de dados tende a sensibilizar outros BPDs, seus parceiros e homólogos políticos na aceleração da agenda do gênero e da ação climática.

*Este artigo é baseado em um estudo empírico, que recebeu o suporte institucional da Global Development Network (GDN) e financiamento de pesquisa da Agence Française de Développement (AFD).*

## REFERÊNCIAS

ADAMS, L. et al. **Eficaz. Eficiente. Equitativo: fazer com que o financiamento climático funcione para as mulheres**. Resumo da Política de Género e Financiamento Climático, 2014.

Grupo de Trabalho Africano sobre Género e Mudanças Climáticas (AWGGCC). **Análise de Género do Acordo de Paris e Implicações para África**, 2017.

ADHIKARI, Buddhi Bahadur. **Impactos das mudanças climáticas nas cargas de trabalho doméstico das mulheres rurais no Nepal**. Tese de mestrado. Universidade Nord, 2021.

AFD; ONU MULHERES. **Bancos Públicos de Desenvolvimento Impulsionando a Igualdade de Gênero**: uma visão geral de práticas e estruturas de medição. 2021.

ASHWILL, Maximiliano; BLOMQVIST, Morten; SALINAS, Sílvia; UGAZ-SIMONSEN, Kira. **Dinâmica de Gênero e Mudanças Climáticas na Bolívia Rural**. Banco Mundial, Washington, DC, 2011.

BABUGURA, Agnes; DURAN, Camila; ACOSTA, Mariola e LAMBERT, Júlia. **Fazendo o que dizem: uma visão dos quadros operacionais dos APO para financiar ações climáticas sensíveis ao gênero**, 2023.

BOWMAN, Megan. **Turning Promises into Action: 'Legal Readiness for Climate Finance' and Implementing the Paris Agreement**. Carbon & Climate Law Review 16(1) 2022.

CARR, Edward, R.; THOMPSON, Mary C. **Gênero e adaptação às mudanças climáticas em ambientes agrários: pensamento atual, novos rumos e fronteiras de pesquisa**. Bússola Geográfica, Volume 8, Edição 3, 2014.

DAALEN, Kim Robin van; KALLESØE, Sarah Savić; DAVEY, Fiona; DADA, Sara; JUNG, Laura; SING, Lúcia; ISSA, Rita; EMILIAN, Cristina Alma; KUHN, Ilha; KEYGNAERT, Inês; NISSON, Maria. **Eventos extremos e violência de gênero: uma revisão sistemática de métodos mistos**. The Lancet Planetary Health, Volume 6, Edição 6, 2022.

FLORESTA, Maxime; Senhor Cristo. **Quais são os quadros interpretativos em torno das questões de gênero e climáticas? Lições de uma análise bibliométrica**. Edições AFD, 2022

FiCS. **Declaração Conjunta de Todos os Bancos Públicos de Desenvolvimento do Mundo**. 2020b. Disponível em: <https://financeincommon.org/sites/default/files/2021-06/FiCS%20-%20Joint%20declaration%20of%20Public%20Development%20Banks.pdf>. Acesso em 11 abr. 2023.

FiCS. **Declaração do Banco de Desenvolvimento de Paris sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres**, 2020a. Disponível em: [https://financeincommon.org/sites/default/files/2020-11/FiCS%20-%20Declaration%20-%20Paris%20Development%20Banks%20statement%20on%20Gender%20Equality%20and%20Women%E2%80%99s%20Empowerment\\_1.pdf](https://financeincommon.org/sites/default/files/2020-11/FiCS%20-%20Declaration%20-%20Paris%20Development%20Banks%20statement%20on%20Gender%20Equality%20and%20Women%E2%80%99s%20Empowerment_1.pdf). Acesso em 11 abr. 2023.

IPCC. **Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade**. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge University Press. 2022.

MEMON, FS **Mudanças climáticas e violência contra as mulheres: estudo de uma população afetada pelas enchentes na área rural de Sindh, Paquistão**. Jornal de Estudos sobre Mulheres do Paquistão: Alam-E-Niswan, 27(1), 65-85, 2020.

OWREN, Cate. **Compreender e abordar a violência baseada no gênero como parte da emergência climática**. Artigo de especialista da ONU sobre mulheres, 2021.

RESURRECCIÓN, Bernadette P. **Ligações persistentes entre mulheres e meio ambiente nas mudanças climáticas e nas agendas de desenvolvimento sustentável**. Fórum Internacional de Estudos da Mulher. Vol. 40. Pérgamo, 2013.

SCALATEK, L. **Gênero e Financiamento Climático**: Dupla Integração para o Desenvolvimento Sustentável. Fundação Heinrich Böll América do Norte, 2009.

SCALATEK, L. Abrindo a porta para a ação: financiamento climático sensível ao gênero. Em L. Aguilar, M. Granat, & C. Owren (Autores), **Raízes para o futuro: O panorama e o caminho a seguir em matéria de gênero e alterações climáticas**. Washington, DC: UICN e GGCA. 2015.

TINKER, C. et al. **Igualdade de Gênero no Financiamento Climático**: Progresso e Aspirações. Jornal Seton Hall de Diplomacia e Relações Internacionais, vol. 20, não. 2, Primavera/Verão, pág. 56-75. 2019.

ONU Mulheres. **Implementação de uma ação climática sensível ao gênero no contexto do desenvolvimento sustentável**, 2016.

WOOCAN. **Manual de Gênero e Financiamento Climático: Um Manual para Construir Parcerias**. 2020.

XU, Jiajun; MARODON, Régis; RU, Xiaomeng. **O que são bancos públicos de desenvolvimento e instituições de financiamento do desenvolvimento? critérios de qualificação, factos estilizados e tendências de desenvolvimento**. China Economic Quarterly International, Volume 1, Edição 4, p. 271-294, 2021.

ZAHAR, Alexander. *Climate change finance and international law*. Taylor & Francis, 2016.

## Dados de autoria

Camila Villard Duran

Professora associada de Direito na ESSCA School of Management, Nantes, Loire, França. Trabalha com questões relacionadas ao direito econômico internacional; regulamentação de dinheiro, finanças e criptoativos; leis monetárias e financeiras internacionais; e equidade de gênero em finanças. Pós-doutora pelas universidades de Oxford e Princeton (Global Leaders Fellowship Program). É doutora com dupla titulação de tese pela FDUSP e pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. E-mail: [camila.villard-duran@essca.fr](mailto:camila.villard-duran@essca.fr). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8251-1052>.

Agnes Babugura

Doutorado, Variabilidade e Mudança Climática (Universidade de Witwatersrand, África do Sul); Mestrado em Ciência Ambiental (Universidade de Botsuana); Bacharelado, Ciência Ambiental e Sociologia (Universidade de Botsuana). Associate Professor - Environmental Science: Faculty of Agriculture and Environmental Sciences, Kabale University. E-mail: [aababugura@kab.ac.ug](mailto:aababugura@kab.ac.ug). Leia mais: <https://www.linkedin.com/in/dr-agnes-babugura-a1549a34/>.

### Mariola Acosta

Especialista em gênero e desenvolvimento rural, com doutorado em Ciências Sociais; mestrado em Desenvolvimento Agrícola e bacharelado em Engenharia Agrícola. Trabalha em desenvolvimento agrícola há mais de 10 anos, com a maior parte da experiência centrada em questões de igualdade de gênero e inclusão social em sistemas alimentares sustentáveis. Atualmente, trabalha como consultora sênior de gênero no Bureau de Resiliência, Meio Ambiente e Segurança Alimentar da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). E-mail: [acfra.mariola@gmail.com](mailto:acfra.mariola@gmail.com). ResearchGate: <https://www.researchgate.net/profile/Mariola-Acosta>.

### Julia Lambert Gomes Ferraz

Doutoranda em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas com enfoque em gênero, direitos humanos, impacto de projetos de desenvolvimento e mudanças climáticas. E-mail: [julia.lambert.ferraz@usp.br](mailto:julia.lambert.ferraz@usp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2416754911436182>.